



# DIÁRIO OFICIAL DO MP

Ano VII • nº 1416 • Campo Grande – MS • segunda-feira • 12 de dezembro de 2016

18 páginas



## Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça

**Paulo Cezar dos Passos**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

**Humberto de Matos Brittes**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**Nilza Gomes da Silva**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Marcos Antonio Martins Sottoriva**

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

**Aroldo José de Lima**

Ouvidor do Ministério Público

**Olavo Monteiro Mascarenhas**

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça **Sérgio Luiz Morelli**

Procurador de Justiça **Mauri Valentim Riciotti**

Procurador de Justiça **Hudson Shiguer Kinashi**

Procurador de Justiça **Olavo Monteiro Mascarenhas**

Procuradora de Justiça **Irma Vieira de Santana e Anzoategui**

Procuradora de Justiça **Nilza Gomes da Silva**

Procurador de Justiça **Silvio Cesar Maluf**

Procurador de Justiça **Antonio Siufi Neto**

Procurador de Justiça **Evaldo Borges Rodrigues da Costa**

Procuradora de Justiça **Marigô Regina Bittar Bezerra**

Procurador de Justiça **Belmiros Soares Ribeiro**

Procurador de Justiça **Humberto de Matos Brittes**

Procurador de Justiça **Miguel Vieira da Silva**

Procurador de Justiça **João Albino Cardoso Filho**

Procuradora de Justiça **Lucienne Reis D'Ávila**

Procuradora de Justiça **Ariadne de Fátima Cantú da Silva**

Procurador de Justiça **Francisco Neves Júnior**

Procurador de Justiça **Edgar Roberto Lemos de Miranda**

Procurador de Justiça **Marcos Antonio Martins Sottoriva**

Procuradora de Justiça **Esther Sousa de Oliveira**

Procurador de Justiça **Aroldo José de Lima**

Procurador de Justiça **Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

Procurador de Justiça **Gerardo Eriberto de Moraes**

Procurador de Justiça **Luis Alberto Safrader**

Procuradora de Justiça **Sara Francisco Silva**

Procuradora de Justiça **Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya**

Procuradora de Justiça **Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**

Procurador de Justiça **Helton Fonseca Bernardes**

Procurador de Justiça **Gilberto Robalinho da Silva**

Procurador de Justiça **Paulo Cezar dos Passos**

Procuradora de Justiça **Jaceguara Dantas da Silva Passos**

Procurador de Justiça **Rodrigo Jacobina Stephanini**

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caojidcc@mpms.mp.br](mailto:caojidcc@mpms.mp.br)

DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação: Assessoria de Comunicação

Editoração eletrônica: Secretaria-Geral

Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 | Jardim Veraneio

CEP 79031-907 | Campo Grande- MS

Telefone: (67) 3318-2055 | [dompms@mpms.mp.br](mailto:dompms@mpms.mp.br)

### SUMÁRIO

Procuradoria-Geral de Justiça.....	1
Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.....	6
Conselho Superior .....	7
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional .....	7
Comissão Permanente de Licitação .....	13
Secretaria de Recursos Humanos.....	14
Secretaria de Administração.....	16
Editais das Promotorias de Justiça.....	16

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### Extrato das Portarias expedidas pelo Procurador-Geral de Justiça

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Suspender**, por necessidade de serviço, a partir de 6.12.2016, as férias do Procurador de Justiça **Marcos Antonio Martins Sottoriva**, atualmente exercendo o cargo de Corregedor-Geral de Justiça, concedidas por meio de Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça de 22.9.2016 (Port. nº 3552/2016-PGJ, de 9.12.2016).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Alterar** a Portaria nº 3374/2016-PGJ, de 23.11.2016, que concedeu férias compensatórias ao Procurador de Justiça **Rodrigo Jacobina Stephanini**, de forma que, onde **consta**: 12 (doze) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2015 a 6 de janeiro de 2016, a serem usufruídos a partir de 9.1.2017; **passe a constar**: 17 (dezesete) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2015 a 6 de janeiro de 2016, a serem usufruídos no período de 11 a 27.1.2017 (Port. nº 3554/2016-PGJ, de 9.12.2016).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Estabelecer** a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2017, e conceder a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 139, inciso I, e

140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 019/2009-PGJ, de 4.11.2009, alterada pela Resolução nº 020/2015-PGJ, de 25.6.2015, e, ainda, do artigo 1º da Resolução nº 06/2015-CPJ, de 25.6.2015, conforme segue (Processo PGJ/10/3355/2016) (Port. nº 3547/2016-PGJ, de 9.12.2016):

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Adriano Lobo Viana de Resende	6 a 25.3.2017			26.3 a 4.4.2017
Alexandre Estuqui Junior	5 a 24.6.2017			9 a 18.1.2017
Alexandre Lima Raslan	26.6 a 15.7.2017			16 a 25.6.2017
Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha	9 a 18.1.2017	30.1 a 8.2.2017		19 a 28.1.2017
Alexandre Rosa Luz	9 a 20.1.2017			23.1 a 1º.2.2017
Aline Mendes Franco Lopes	2 a 31.5.2017			
Allan Carlos Cobacho do Prado	9 a 28.1.2017			30.1 a 8.2.2017
Allan Thiago Barbosa Arakaki	4 a 13.4.2017	29.5 a 7.6.2017		14 a 23.4.2017
Amílcar Araujo Carneiro Junior	19.1 a 7.2.2017			8 a 17.2.2017
Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	10 a 24.5.2017			
Ana Cristina Carneiro Dias	6 a 20.3.2017	24.4 a 8.5.2017		
Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	9 a 28.1.2017			29.1 a 7.2.2017
André Antônio Camargo Lorenzoni	16 a 25.1.2017	3 a 12.4.2017		26.1 a 4.2.2017
Andréia Cristina Peres da Silva	22.5 a 10.6.2017			12 a 21.5.2017
Angelica de Andrade Arruda	24.4 a 13.5.2017			14 a 23.5.2017
Antenor Ferreira de Rezende Neto	9 a 18.1.2017	3 a 12.4.2017		19 a 28.1.2017
Antonio André David Medeiros	1º a 10.3.2017	19 a 28.6.2017		10 a 19.1.2017
Antonio Carlos Garcia de Oliveira	23.1 a 1º.2.2017	13 a 22.3.2017		9 a 18.1.2017
Arthur Dias Junior	9 a 18.1.2017	24.3 a 12.4.2017		
Bianka Karina Barros da Costa	19.6 a 8.7.2017			9 a 18.6.2017
Bianka Machado Arruda Mendes	23.1 a 11.2.2017			5 a 14.3.2017
Bolivar Luis da Costa Vieira				12 a 21.5.2017
Camila Augusta Calarge Doreto	16.1 a 4.2.2017			13 a 22.2.2017
Candy Hiroki Cruz Marques Moreira	9 a 18.1.2017	2 a 11.5.2017		1º a 10.2.2017
Celso Antonio Botelho de Carvalho	2 a 21.5.2017			22 a 31.5.2017
Christiane de Alencar	6 a 25.4.2017			9 a 18.1.2017
Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca	24.3 a 12.4.2017			9 a 18.1.2017
Clarissa Carlotto Torres	9 a 23.1.2017			
Claudia Loureiro Ocariz Almirão	2 a 31.5.2017			
Claudio Rogerio Ferreira Gomes	11.2 a 2.3.2017			1º a 10.2.2017
Clovis Amauri Smaniotto	3 a 12.4.2017	19 a 28.6.2017		9 a 18.1.2017
Cristiane Amaral Cavalcante	9 a 18.1.2017	3 a 12.4.2017		19 a 28.1.2017
Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah	11.5 a 9.6.2017			
Cristiane Mourão Leal Santos	2 a 31.5.2017			
Cristina Beraldo de Andrade	3 a 12.4.2017	19 a 28.6.2017		15 a 24.2.2017
Daniel do Nascimento Britto	9 a 28.1.2017			29.1 a 7.2.2017
Daniel Higa de Oliveira	20.3 a 8.4.2017			1º a 10.3.2017
Daniel Pivaro Stadniky	15.5 a 3.6.2017			9 a 18.1.2017
Daniela Araujo Lima da Silva	2 a 21.5.2017			22 a 31.5.2017
Daniela Cristina Guiotti	9 a 18.1.2017	5 a 14.6.2017		19 a 28.1.2017
Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	1º a 10.3.2017	2 a 11.5.2017		12 a 21.5.2017
Edival Goulart Quirino	2 a 31.3.2017			

Eduardo de Araujo Portes Guedes	16 a 25.1.2017			
Eduardo Fonticilha De Rose	16.1 a 14.2.2017			
Eduardo Jose Rizkallah	11.5 a 9.6.2017			
Elcio Felix D'Angelo	9 a 18.1.2017	1º a 10.3.2017		30.1 a 8.2.2017
Emy Louise Souza de Almeida Albertini	16.1 a 4.2.2017			5 a 14.2.2017
Erica Rocha Espindola	9 a 28.1.2017			29.1 a 7.2.2017
Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	9 a 28.1.2017			30.1 a 8.2.2017
Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	15 a 24.2.2017	2 a 11.5.2017		1º a 10.6.2017
Fabio Ianni Goldfinger	19.1 a 7.2.2017			9 a 18.1.2017
Fabricia Barbosa Lima	9 a 18.1.2017	5 a 14.6.2017		19 a 28.1.2017
Fabricio Proença de Azambuja	18 a 27.1.2017	19 a 28.6.2017		1º a 10.2.2017
Fernanda Rotili Dias	15 a 24.2.2017	24.3 a 12.4.2017		
Fernando Jamusse	9 a 18.1.2017	15 a 24.2.2017		19 a 28.1.2017
Fernando Jorge Manvailer Esgaib	1º a 10.3.2017	28.6 a 7.7.2017		13 a 22.1.2017
Fernando Marcelo Peixoto Lanza	1º a 10.2.2017	1º a 10.3.2017		9 a 18.1.2017
Fernando Martins Zaupa	3 a 12.4.2017	10 a 19.5.2017		24.3 a 2.4.2017
Filomena Aparecida Depolito Fluminhan	9 a 28.1.2017			29.1 a 7.2.2017
Gabriel da Costa Rodrigues Alves	15.5 a 3.6.2017			5 a 14.5.2017
George Cassio Tiosso Abbud	8 a 27.5.2017			9 a 18.1.2017
George Zarour Cezar	12 a 31.1.2017			16 a 25.2.2017
Gerson Eduardo de Araújo	20.2 a 1º.3.2017	19 a 28.6.2017		9 a 18.2.2017
Gevair Ferreira Lima Junior	6 a 15.3.2017	30.6 a 9.7.2017		19 a 28.1.2017
Gisleine Dal Bó	1º a 10.3.2017	2 a 11.5.2017		
Grazia Strobel da Silva Gaifatto	3 a 12.4.2017	19 a 28.6.2017		13 a 22.3.2017
Helen Neves Dutra da Silva	9 a 27.1.2017	17 a 27.4.2017		
Henrique Franco Cândia	16.1 a 4.2.2017			13 a 22.3.2017
Humberto Lapa Ferri	3 a 12.4.2017	3 a 12.5.2017		19 a 28.1.2017
Isabelle Albuquerque dos Santos	9 a 18.1.2017	1º a 10.6.2017		19 a 28.1.2017
Izonildo Gonçalves de Assunção Junior	15 a 24.2.2017	3 a 12.4.2017		5 a 14.6.2017
Janeli Basso	7 a 16.4.2017	9 a 18.6.2017		1º a 10.2.2017
Jerusa Araujo Junqueira Quirino	6 a 25.2.2017			26.2 a 7.3.2017
Jiskia Sandri Trentin	6 a 25.3.2017			26.3 a 4.4.2017
João Meneghini Girelli	12 a 21.1.2017	26.1 a 4.2.2017		13 a 22.3.2017
Jorge Ferreira Neto Júnior	9 a 28.1.2017			13 a 22.2.2017
José Antonio Alencar	6 a 25.3.2017			26.3 a 4.4.2017
José Aparecido Rigato	9 a 18.1.2017	3 a 12.4.2017		23.1 a 1º.2.2017
José Luiz Rodrigues	16.1 a 4.2.2017			6 a 15.2.2017
José Mauricio de Albuquerque	26.5 a 14.6.2017			16 a 25.5.2017
José Roberto Tavares de Souza	1º a 10.2.2017	3 a 12.4.2017		9 a 18.1.2017
Jui Bueno Nogueira	9 a 18.1.2017			19 a 28.1.2017
Juliana Martins Zaupa	2 a 31.5.2017			
Juliana Nonato	9 a 18.1.2017	3 a 12.7.2017		23.1 a 1º.2.2017
Juliane Cristina Gomes	11 a 20.1.2017	25.1 a 3.2.2017		13 a 22.2.2017
Juliano Albuquerque	1º a 10.3.2017	5 a 14.6.2017		15 a 24.2.2017
Julio Bilemjian Ribeiro	13 a 22.2.2017	22 a 31.3.2017		9 a 18.1.2017
Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	17.4 a 6.5.2017			
Kristiam Gomes Simões	9 a 18.1.2017	1º a 10.3.2017		21 a 30.1.2017
Leonardo Dumont Palmerston	30.1 a 8.2.2017	10 a 19.4.2017		9 a 18.1.2017
Leticia Rossana Pereira Ferreira	24.3 a 12.4.2017			14 a 23.3.2017
Livia Carla Guadanhim Bariani	16.1 a 4.2.2017			13 a 22.2.2017
Luciana do Amaral Rabelo	9 a 18.1.2017	24.4 a 3.5.2017	19 a 28.6.2017	
Luciana Moreira Schenk	9 a 23.1.2017			24.1 a 2.2.2017
Luciano Bordignon Conte	2 a 21.5.2017			1º a 10.2.2017
Luciano Furtado Loubet	9 a 28.1.2017			29.1 a 7.2.2017
Ludmila de Paula Castro Silva	15 a 24.2.2017	3 a 12.4.2017		30.1 a 8.2.2017

Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	23.1 a 1º.2.2017	2 a 11.5.2017	12 a 21.5.2017
Luiz Gustavo Camacho Terçariol	9 a 18.1.2017		19 a 28.1.2017
Luz Marina Borges Maciel Pinheiro	20 a 29.3.2017	2 a 11.5.2017	9 a 18.1.2017
Magno Oliveira João	9 a 28.1.2017		29.1 a 7.2.2017
Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho	9.1 a 7.2.2017		
Marcelo Ely	16 a 25.2.2017	5 a 14.6.2017	7 a 16.8.2017
Marcos Alex Vera de Oliveira	7 a 26.1.2017		27.1 a 5.2.2017
Marcos André Sant'Ana Cardoso	12 a 31.1.2017		27.2 a 8.3.2017
Marcos Fernandes Sisti	9 a 18.1.2017	5 a 14.6.2017	19 a 28.1.2017
Marcos Martins de Brito	9 a 18.1.2017	1º a 10.2.2017	19 a 28.1.2017
Marcos Roberto Dietz	25.4 a 14.5.2017		17 a 26.1.2017
Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja	16.1 a 4.2.2017		13 a 22.2.2017
Matheus Carim Bucker	3 a 12.4.2017	19 a 28.6.2017	23.1 a 1º.2.2017
Matheus Macedo Cartapatti	2.5 a 1º.6.2017		
Maurício Mecelis Cabral	11 a 30.6.2017		9 a 18.1.2017
Moisés Casarotto	1º a 10.3.2017	5 a 14.6.2017	1º a 10.2.2017
Nara Mendes dos Santos Fernandes	6 a 25.2.2017		1º a 10.3.2017
Nicolau Bacarji Junior	24.4 a 13.5.2017		9 a 18.1.2017
Oscar de Almeida Bessa Filho	9 a 28.1.2017		29.1 a 7.2.2017
Patricia Icassati Almirão	29.5 a 17.6.2017		18 a 27.6.2017
Paula da Silva Volpe	2 a 21.5.2017		22 a 31.5.2017
Paulo César Zeni	26.1 a 4.2.2017	2 a 11.5.2017	16 a 25.1.2017
Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	9 a 20.1.2017		23.1 a 1º.2.2017
Paulo Henrique Camargo Junes	9 a 28.1.2017		29.1 a 7.2.2017
Paulo Leonardo de Faria	6 a 15.3.2017	2 a 11.5.2017	6 a 15.2.2017
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa	9 a 18.1.2017		19 a 28.1.2017
Pedro Arthur de Figueiredo	24.4 a 13.5.2017		14 a 23.5.2017
Pedro de Oliveira Magalhães	16 a 25.1.2017	2 a 12.5.2017	
Regina Dornte Broch	5 a 24.2.2017		26.1 a 4.2.2017
Renzo Siufi	28.6 a 17.7.2017		9 a 18.1.2017
Reynaldo Hilst Mattar	27.3 a 12.4.2017		13 a 22.4.2017
Ricardo Benito Crepaldi	23.1 a 1º.2.2017	5 a 14.6.2017	9 a 18.1.2017
Ricardo de Melo Alves	19 a 28.1.2017	17 a 26.4.2017	9 a 18.1.2017
Rodrigo Cintra Franco	2 a 31.3.2017		
Rodrigo Correa Amaro	8 a 17.3.2017	17 a 26.4.2017	9 a 18.1.2017
Rodrigo Yshida Brandão	9 a 28.1.2017		29.1 a 7.2.2017
Rogério Augusto Calabria de Araujo	9 a 28.1.2017		30.1 a 8.2.2017
Romão Avila Milhan Junior	11 a 30.3.2017		1º a 10.3.2017
Ronaldo Vieira Francisco	19 a 26.1.2017	2 a 11.5.2017	9 a 18.1.2017
Rosalina Cruz Cavagnoli	8 a 27.5.2017		1º a 10.2.2017
Sergio Fernando Raimundo Harfouche	9 a 28.1.2017		29.1 a 7.2.2017
Silasneiton Gonçalves	23.1 a 1º.2.2017	3 a 12.4.2017	9 a 18.1.2017
Simone Almada Goes	20 a 29.3.2017	5 a 14.6.2017	9 a 18.1.2017
Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo	9 a 18.1.2017	1º a 10.3.2017	30.1 a 8.2.2017
Talita Zoccolaro Papa Muritiba	2 a 21.3.2017		20.2 a 1º.3.2017
Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha	9 a 28.1.2017		29.1 a 7.2.2017
Tiago Di Giulio Freire	3 a 12.4.2017	5 a 14.6.2017	9 a 18.1.2017
Vera Aparecida C. Bogalho Frost Vieira	9 a 28.2.2017		30.1 a 8.2.2017
Victor Leonardo de Miranda Taveira	9 a 28.1.2017		20.2 a 1º.3.2017
Viviane Zuffo Vargas Amaro	8 a 17.3.2017	17 a 26.4.2017	9 a 18.1.2017
Wilson Canci Junior	8.5 a 6.6.2017		

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SU**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Alterar** a Portaria nº 2473/2016-PGJ, de 22.8.2016, que concedeu férias ao Promotor de Justiça **Ricardo de Melo Alves**, na parte **onde consta:** 7 a 16.12.2016, **passe a constar:** 12 a 16.12.2016 (Port. nº 3508/2016-PGJ, de 7.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Indeferir**, por necessidade de serviço, férias individuais aos Promotores de Justiça, abaixo nominados, e conceder a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (Port. nº 3522/2016-PGJ, de 7.12.2016):

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO INDEFERIDO	PERÍODO DE CONVERSÃO
Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	2015/2015	9 a 28.1.2017	6 a 15.12.2016
Bianka Machado Arruda Mendes	2015/2016	13.2 a 4.3.2017	7 a 16.12.2016
Eduardo de Araujo Portes Guedes	2015/2016	23.2 a 14.3.2017	7 a 16.12.2016
George Zarour Cezar	2015/2016	26.2 a 17.3.2017	7 a 16.12.2016
João Meneghini Girelli	2015/2016	27.3 a 15.4.2017	7 a 16.12.2016
Marcos André Sant'Ana Cardoso	2015/2016	7 a 26.2.2017	7 a 16.12.2016
Matheus Carim Bucker	2015/2016	6 a 25.2.2017	7 a 16.12.2016
Moisés Casarotto	2015/2016	9 a 28.1.2017	7 a 16.12.2016
Pedro de Oliveira Magalhães	2015/2016	9 a 28.2.2017	7 a 16.12.2016
Thiago Barbosa da Silva	2015/2016	9 a 28.1.2017	7 a 16.12.2016
Thiago Bonfatti Martins	2015/2016	9 a 28.1.2017	29.1 a 7.2.2017
Victor Leonardo de Miranda Taveira	2015/2016	30.1 a 18.2.2017	7 a 16.12.2016

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Indeferir**, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça **Candy Hiroki Cruz Marques Moreira 3** (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2010/2015, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4461/2016) (Port. nº 3548/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Indeferir**, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça **Alexandre Lima Raslan 3** (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2010/2015, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4483/2016) (Port. nº 3549/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das

atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Indeferir**, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça **Gabriel da Costa Rodrigues Alves** 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2010/2015, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4500/2016) (Port. nº 3550/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Suspender**, por necessidade de serviço, a partir de 6.12.2016, as férias do Promotor de Justiça **Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos**, concedidas por meio da Portaria nº 3237/2016-PGJ, de 8.11.2016 (Port. nº 3551/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Tornar** sem efeito a Portaria nº 1861/2016-PGJ, de 24.6.2016, na parte que concedeu o 2º período de férias da Promotora de Justiça **Lia Paim Lima**, que seriam usufruídas de 7 a 16.12.2016 (Port. nº 3553/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Conceder** ao 1º Promotor de Justiça de Ponta Porã, **Gabriel da Costa Rodrigues Alves**, 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, a serem usufruídos no período de 9 a 18.1.2017, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Port. nº 3555/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Conceder** ao 5º Promotor de Justiça de Campo Grande, **Plinio Alessi Junior**, 30 (trinta) dias de férias remanescentes, sendo 20 (vinte) dias referentes ao período aquisitivo 2013/2014, e 10 (dez) dias referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídos no período de 9.1 a 7.2.2017, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Port. nº 3556/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das

atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Conceder** à 16ª Promotora de Justiça de Campo Grande, **Luciana Moreira Schenk**, 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2013/2014, a serem usufruídos no período de 20.2 a 1º.3.2017, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Port. nº 3557/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Conceder** ao Promotor de Justiça **Pedro de Oliveira Magalhães** 10 (dez) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014, a serem usufruídos no período de 30.1 a 8.2.2017, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013 (Port. nº 3561/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Conceder** ao Promotor de Justiça **Wilson Canci Junior** 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2009 a 6 de janeiro de 2010, a serem usufruídos no período de 9 a 13.1.2017, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013 (Port. nº 3562/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Conceder** à Promotora de Justiça **Lívia Carla Guadanhim Bariani** 4 (quatro) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2006 a 6 de janeiro de 2007, a serem usufruídos nos dias 12 e 13.1.2017, e 6 e 7.2.2017, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013 (Port. nº 3563/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Conceder** à Promotora de Justiça **Aline Mendes Franco**

**Lopes** 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2012 a 6 de janeiro de 2013, a serem usufruídos no período de 9 a 13.1.2016, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013 (Port. nº 3564/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,  
**R E S O L V E :**

**Conceder** ao 70º Promotor de Justiça de Campo Grande, **Tiago Di Giulio Freire**, 2 (dois) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2013/2014, a serem usufruídos nos dias 15 e 16.12.2016, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Port. nº 3566/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,  
**R E S O L V E :**

**Conceder** aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015 (Port. nº 3567/2016-PGJ, de 9.12.2016).

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Isabelle Albuquerque dos Santos	15, 16.3 e 12.4.2014	7 a 9.12.2016
José Luiz Rodrigues	29.7, 2.8.2015 e 29.7.2016	11 a 13.1.2017
Juliane Cristina Gomes	6 e 8.12.2014	15 e 16.12.2016
Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	27, 28.10 e 22.11.2014	9 a 11.1.2017
Tiago Di Giulio Freire	23.3, 26 e 27.7.2014	12 a 14.12.2016

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,  
**R E S O L V E :**

**Indicar** ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça **Matheus Carim Buckner**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 40ª Zona Eleitoral, no período de 7 a 9.12.2016, em razão de compensação pelo exercício de atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos (Port. nº 3568/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,  
**R E S O L V E :**

**Alterar** a Portaria nº 3405/2016-PGJ, de 25.11.2016, na parte que indeferiu férias individuais à Promotora de Justiça **Ana Lara Camargo de Castro** e concedeu a conversão de um terço de suas férias em abono pecuniário, de forma que, **onde consta** (Port. nº

3569/2016-PGJ, de 9.12.2016):

PERÍODO INDEFERIDO	PERÍODO DE CONVERSÃO
13.11 a 2.12.2016	3 a 12.11.2016

**Passe a constar:**

PERÍODO INDEFERIDO	PERÍODO DE CONVERSÃO
9 a 28.1.2017	3 a 12.11.2016

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,  
**R E S O L V E :**

**Alterar** a Portaria nº 3402/2016-PGJ, de 24.11.2016, com a redação dada pela Portaria nº 3446/2016-PGJ, de 29.11.2016, na parte que indeferiu férias individuais ao Promotor de Justiça **Amílcar Araujo Carneiro Junior** e concedeu a conversão de um terço de suas férias em abono pecuniário, de forma que, **onde consta** (Port. nº 3570/2016-PGJ, de 9.12.2016):

PERÍODO INDEFERIDO	PERÍODO DE CONVERSÃO
1º a 20.12.2016	21 a 30.12.2016

**Passe a constar:**

PERÍODO INDEFERIDO	PERÍODO DE CONVERSÃO
1º a 20.12.2016	18 a 27.2.2017

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,  
**R E S O L V E :**

**Declarar** estabilidade, a partir de 2.12.2016, à servidora **Luciana Serraglio Baruffi**, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 11 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013 (Processo nº PGJ/10/1576/2014) (Port. nº 3510/2016-PGJ, de 7.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,  
**R E S O L V E :**

**Conceder** a progressão funcional à servidora **Luciana Serraglio Baruffi**, ocupante do cargo de Técnico II, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a partir de 2.12.2016, para a Classe C, Padrão 2, nos termos do artigo 8º, § 3º, da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 13 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013 (Port. nº 3511/2016-PGJ, de 7.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,  
**R E S O L V E :**

**Revogar**, a partir de 12.12.2016, a Portaria nº 133/2016-

PGJ, de 19.1.2016, que designou a servidora **Valricia Miranda de Oliveira**, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, área de atividade Psicologia, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 72ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, atuando concomitantemente, em semanas alternadas, nas Promotorias de Justiça de Naviraí (Processo PGJ/10/2969/2016) (Port. nº 3525/2016-PGJ, de 7.12.2016).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Exonerar**, a pedido, a partir de 9 de dezembro de 2016, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor **Rafael Tosi de Carvalho**, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Port. nº 3565/2016-PGJ, de 9.12.2016).

**(a) Paulo Cezar dos Passos**

Procurador-Geral de Justiça

#### **PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**

**Extrato das Portarias expedidas pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa**

**A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

**Designar** o servidor **Weskley Moreira**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 1º a 16.12.2016 (Port. nº 3494/2016-PGJ, de 6.12.2016).

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Revogar**, a partir de 1º.12.2016, a Portaria nº 1819/2016-PGJ, de 20.6.2016, que designou a servidora **Alessandra Katiucha da Silva Cavassa** para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá (Port. nº 3495/2016-PGJ, de 6.12.2016).

**A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições

que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

**Conceder** ao servidor **Augusto Aparecido Ribeiro Colato**, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de **7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação**, a contar de **29 de novembro de 2016**, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar a Portaria nº 957/2012-PGJ, de 27.6.2012, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (Processo PGJ/10/4377/2016) (Port. nº 3536/2016-PGJ, de 8.12.2016).

**A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

**Conceder** à servidora **Rafaela Dutra Marques**, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 dias de licença para tratamento de saúde, no período de 21.11 a 5.12.2016, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009 (Port. nº 3537/2016-PGJ, de 8.12.2016).

**A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

**Conceder** à servidora **Wanessa da Conceição Teixeira**, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 dias de licença para tratamento de saúde, no período de 5 a 9.12.2016, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009 (Port. nº 3538/2016-PGJ, de 8.12.2016).

**A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

**Designar** a servidora **Ana Gabriela Kiyomura Merlin**, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Auditoria Interna, no período de 9



a 23.1.2017, em razão de férias da titular, *Rosimara Bandeira Vasques de Almeida* (Port. nº 3542/2016-PGJ, de 8.12.2016).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014, **R E S O L V E** :

**Conceder** ao servidor **Enrique Gonçalves de Souza**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 28.11 a 2.12.2016, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130, e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24.9.2009, que dispõe sobre a perícia médica oficial do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul (Port. nº 3543/2016-PGJ, de 8.12.2016).

(a) **Nilza Gomes da Silva**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR

**ADENDO À PAUTA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.** Incluir no item 7. **Ordem do dia:** o subitem 7.1.2. **Julgamento de processos:**

### 3. Processo PGJ/10/1469/2015

Requerentes: Luiz Gustavo Camacho Terçariol, 12º Promotor de Justiça da comarca de Dourados; Claudia Loureiro Ocariz Almirão, 15ª Promotora de Justiça da comarca de Dourados e Tiago Di Giulio Freire, 70º Promotor de Justiça da comarca de Campo Grande.

Assunto: Licença para elaboração de trabalho final do “Mestrado em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial” em parceria do IDH com a Universidade de Girona/ESP.

**Relator Conselheiro Gilberto Robalinho da Silva.**

### CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

### EDITAL Nº 003/PJCASS/2016 – COMARCA DE CASSILÂNDIA-MS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das **PROMOTORIAS DE JUSTIÇA** da Comarca de Cassilândia, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009, torna público o

GABARITO da prova escrita para o **PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CASSILÂNDIA:**

01-D	02-A	03-B	04-D	05-A	06-D	07-B	08-D	09-A	10-C
11-D	12-C	13-D	14-C	15-C	16-C	17-D	18-B	19-B	20-D
21-B	22-B	23-B	24-A	25-D	26-D	27-D	28-D	29-C	30-A

Cassilândia, 09 de dezembro de 2016.

a) **Adriano Lobo Viana de Resende**

Promotor de Justiça

\*\*\*\*\*

### EDITAL N.º 005/PJCA/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana, convoca as candidatas aprovadas em 1º e 2ª Lugar no Processo Seletivo Simplificado para Estagiário (Edital n. 01/PJCA/2016), para apresentação da documentação anexa, conforme art. 31, § 1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação oficial deste:

Nome CLASSIFICAÇÃO - **Brunna Alonso Nazo dos Reis 1º**

Nome CLASSIFICAÇÃO - **Allana de Oliveira Queiróz 2º**

I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;

II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estagiário/semestre/ número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;

III - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;

IV - certidão de inexistência de antecedentes criminais;

V - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

VI – declaração pessoal de não acumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;

VII - atestado de exame ABO-RH;

VIII- número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;

IX - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;

X- Ficha de Cadastro (disponível no site do CEAF) digitalizada em todos os campos e assinada.

Aquidauana, 09 de dezembro de 2016.

a) **ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA** - Promotora de Justiça em substituição legal

\*\*\*\*\*

**EDITAL Nº 008/2016-PJMN-PSE de DIREITO –  
Comarca de Mundo Novo**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio dos Promotores de Justiça ao final assinados, torna pública a classificação e o resultado final do **PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DAS PROMOTORIAS DA COMARCA DE MUNDO NOVO** referente ao **EDITAL Nº 001/2016-PJMN-PSE de DIREITO**.

Mundo Novo/MS, 9 de dezembro de 2016.

a) **Pedro de Oliveira Magalhães**  
Promotor de Justiça

a) **Moisés Casarotto**  
Promotor de Justiça

**CLASSIFICAÇÃO FINAL**

Classificação	Nome do candidato	Nota
1º	FRANCIELLI POSSAMAI	5,90
2º	ALAN CRISTIAN BORTOLATO PEREIRA	5,80
3º	LUCAS RONEY ZORZAN AZAMBUJA	5,63
4º	MARLENE CAVALHEIRO ENGEL	5,00

\*\*\*\*\*

**EDITAL Nº 06/PJRN/2016**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do PROMOTOR DE JUSTIÇA da Comarca de **Rio Negro/MS**, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010 e Resolução nº 42, de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e de acordo com as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18.1.1994, alterada pela Lei nº 133, de 15 de abril de 2009, tendo em vista a homologação do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ESTAGIÁRIO**, torna pública a **CONVOCAÇÃO** da candidata Daniely Maria Jambeiro de Oliveira, aprovada em 1º (primeiro) lugar no certame, para que apresente os documentos pertinentes à contratação, no **prazo de cinco dias úteis**.

Rio Negro/MS, 08 de dezembro de 2016.

a) **Eduardo de Araújo Portes Guedes**  
Promotor de Justiça

**DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE  
ESTAGIÁRIOS**

- I.** Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II.** Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estagiário/semestre o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;
- III.** Atestado médico que comprove a aptidão clínica

necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;

**IV.** Certidão de inexistência de antecedentes criminais;

**V.** Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 30.7.2010;

**VI.** Declaração pessoal de não acumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;

**VII.** Atestado de exame ABO-RH;

**VIII.** Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;

**IX.** 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;

**X.** Ficha de Cadastro preenchida em todos os campos e assinada.

\*\*\*\*\*

**EDITAL Nº 001/2016/PJ Naviraí**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das **PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVIRAÍ** COMUNICA aos ACADÊMICOS do Curso de Nível Superior em **DIREITO** a abertura das inscrições para o **PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DAS PROMOTORIAS DA COMARCA DE NAVIRAÍ** conforme as disposições abaixo:

**I – Das Informações Gerais:**

1. O estágio compreende o exercício transitório de funções auxiliares do Ministério Público, conforme previsto na Lei Complementar Estadual n. 72, de 18 de janeiro de 1994, modificado pela Lei Complementar Estadual n. 133, de 15 de abril de 2009; e é regido pelas disposições da Lei Federal n. 11.788, de 25 de setembro de 2008.
2. Os direitos, deveres e obrigações do exercício transitório da função de estagiário no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul estão regulamentados pela Resolução n. 015/2010-PGJ, publicada no Diário da Justiça n. 2247 (fls. 245-250), de 30.7.2010.
3. As normas citadas nos itens acima se encontram disponíveis no portal [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br), link CEA- Estagiários.
4. Poderá participar do processo seletivo classificatório o acadêmico regularmente matriculado e com frequência efetiva em curso de graduação, de acordo com as vagas ofertadas, em instituição de ensino superior conveniada com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul devidamente credenciada, autorizada e/ou reconhecida nos órgão competentes, listadas no Anexo III deste edital.
5. Em nenhuma hipótese será contratado o candidato aprovado que esteja cumprindo somente dependência ou adaptação.
6. São incompatíveis com o estágio no Ministério Público Estadual o exercício de qualquer atividade concomitante em outro ramo do Ministério Público, em órgão do Poder Judiciário, na Defensoria Pública da



União e dos Estados, na Polícia Civil ou Federal, na advocacia pública ou privada ou nos seus órgãos de classe e a participação em diretoria de partido político.

7. Será admitido no estágio o candidato aprovado que, comprovadamente, até a data da posse, não possua mais de uma dependência de aprovação em qualquer disciplina, salvo se não tiver candidato que cumpra este requisito.

8. Não será admitido ao estágio o estudante que estiver matriculado no último semestre do curso no momento da posse, tendo em vista a necessidade de cumprimento de pelo menos 6 (seis) meses letivos de estágio, conforme disposto no art. 4º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.

9. As vagas serão preenchidas durante o período de vigência do presente processo seletivo, mediante convocação dos candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação e por turno escolhido para estagiar no momento da inscrição (matutino ou vespertino).

10. Após o prazo de inscrição, em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de alteração do Turno (matutino ou vespertino) e da Comarca indicada para concorrer ao credenciamento.

11. A carga horária do estágio e a bolsa mensal correspondente conforme estabelecido na Resolução nº 001/2016-PGJ, de 17 de março de 2016, serão: “Para os estagiários de cursos de graduação em Direito, especificamente, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, divididas em 4 (quatro) horas diárias, e bolsa auxílio no valor de R\$ 743,91(setecentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos)”.

12. O estagiário terá direito ao auxílio-transporte, cujo valor corresponderá a 2 (duas) tarifas de transporte coletivo urbano por dia efetivamente estagiado, considerando a tarifa fixada na Capital como valor de referência, conforme Resolução nº 003/2012-PGJ, de 15 de fevereiro de 2012.

13. O período de estágio é de, no máximo, 2 (dois) anos e, no mínimo, 6 (seis) meses, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência que poderá atuar até a conclusão do curso, conforme disposto no art. 4º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.

14. Este Edital não afetará o cadastro de reserva eventualmente existente na Comarca, em razão de processo seletivo próprio, o qual terá primazia na ordem de convocação.

## II – Das Vagas

15. O presente processo seletivo visa ao preenchimento de 01 vaga, no quadro de estagiários remunerados do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – Comarca de Naviraí, bem como à formação de Cadastros de Reserva para o fim de suprir as vagas que vierem a ocorrer durante o seu prazo de validade na Comarca de Naviraí, observado o interesse da Administração.

## III – Da Seleção

16. A seleção se dará por meio de prova escrita, em que será avaliado, além do conhecimento específico, os

conhecimentos gerais, conforme relação de matérias descritas no Anexo I.

17. Será considerado aprovado o candidato que obtiver aproveitamento igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) das questões formuladas. O candidato com pontuação abaixo desse índice será considerado reprovado.

## IV – Das Inscrições

18. As inscrições estarão abertas no período de **20/02/2017 a 10/03/2017.**

19. As inscrições serão realizadas na sede das Promotorias de Justiça de Naviraí, situada na Rua Júlio Soares de Souza Filho, 25, CEP: 79950-000, telefone 3461 2370, das 08h00min às 18h00min horas (horário local);

20. Para inscrição, o candidato deverá apresentar a ficha de inscrição devidamente preenchida, disponível no site do CEAf (<http://www.mpms.mp.br/ceaf/estagiarios>), aba formulários, cópia simples da Cédula de Identidade e do CPF.

21. A inscrição do candidato no Processo Seletivo implica o pleno conhecimento e aceitação dos termos e condições estabelecidos no presente Edital e na Resolução n. 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

## V – Das Vagas Destinadas ao Candidato com Deficiência, ao Negro e ao Índio

22. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente concurso, observadas as seguintes condições:

I – Serão considerados candidatos com deficiência aqueles que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Estadual nº 3.298/99 e suas alterações, bem como os candidatos portadores de visão monocular, conforme Lei Estadual nº 3.681, de 27 de maio de 2009; Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça e Enunciado AGU n. 45, de 14 de setembro de 2009.

II – Não serão considerados como deficiência visual os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção.

III – Os candidatos com deficiência que forem aprovados no presente Processo Seletivo constarão de listagem geral (período matutino ou vespertino) com a divulgação do resultado, registrada a respectiva classificação, figurando, também, em listagem distinta, dentre os candidatos inscritos nessa condição.

23. Ficam reservadas às pessoas com deficiência 10% (dez por cento) do total de vagas a serem preenchidas, para os estudantes que, no momento da inscrição, declararem tal condição e cujas atribuições sejam compatíveis com a necessidade que possuem.

24. O candidato que pretenda concorrer às vagas reservadas deverá declarar no ato da inscrição, sob as penas da lei, ser pessoa com deficiência.

25. O candidato com deficiência deverá anexar ao formulário de Inscrição, para que esta condição de participação seja avaliada pela Comissão, os seguintes documentos:

I - Laudo Médico, original ou cópia autenticada em cartório e, expedido em até 90 (noventa) dias anteriores à data de inscrição no concurso, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, para assegurar previsão de adaptação de sua prova;

II - A solicitação, se necessária, por escrito, de realização de prova especial (disponível no site do CEAf - <http://www.mpms.mp.br/ceaf/estagiarios> , aba formulários - Requerimento de Condições Especiais para Realização das Provas), especificando o tipo de deficiência, os recursos e o tempo de realização da prova. Para prova ampliada será utilizada fonte 24 (vinte e quatro) e o acréscimo de tempo para realização da prova será de até 1h30min.

III – A apresentação da documentação exigida é de responsabilidade exclusiva do candidato. O não atendimento aos itens acima sujeitarão o candidato à realização da prova nas mesmas condições que o não portador de deficiência.

26. Os estudantes poderão concorrer ao Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais, ficando reservadas aos candidatos que, no momento da inscrição, se declararem negro ou índio, a cota de 10% (dez por cento) e de 3% (três por cento), respectivamente, das vagas a serem preenchidas, em observância à Lei Estadual nº 3.594, de 10 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Estadual nº 3.939, de 21 de julho de 2010 e Decreto Estadual nº 11.141, de 31 de março de 2011.

27. Serão considerados como Minorias Étnico-Raciais, para fins do disposto no item 26, os seguintes grupos:

I - Negros, definidos como aqueles classificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou portadores do registro público indicando a sua categoria racial;

II - Indígenas, definidos como aqueles portadores da carteira de identidade expedida pela FUNAI ou da carta da comunidade indígena à qual pertença.

28. O candidato que, no momento da inscrição, declarou-se negro ou indígena deverá preencher o formulário disponível no site do CEAf - <http://www.mpms.mp.br/ceaf/estagiarios> , aba formulários - Declaração de Reserva de vaga para Negro ou Indígena - e anexá-lo à ficha de inscrição.

29. O candidato aprovado que se declarou negro ou indígena, no momento da convocação, para exercer as funções de estagiário, será entrevistado por integrantes da comissão do concurso, a fim de ser verificada a veracidade da declaração firmada pelo candidato inscrito como cotista.

30. O não atendimento aos itens acima excluirá o candidato inscrito na condição de negro ou de índio da lista específica, permanecendo somente na listagem geral.

31. Aos estudantes que concorrerem às vagas previstas no capítulo V deste edital, ficarão destinadas as vagas 10ª, 20ª, 30ª e assim sucessivamente, se a classificação real do candidato não for mais vantajosa. Havendo mais de uma situação de reserva de vagas, prioritariamente, será convocado o candidato com deficiência e, na vaga seguinte 11ª, 21ª, 31ª e assim sucessivamente, o candidato participante do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais;

32. O candidato que se declarar pessoa com deficiência, negro ou índio participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao conteúdo, avaliação, horário e local de aplicação de provas, ressalvado aos candidatos que se declararem deficientes, a situação quanto à forma de prestação e tempo

de duração de provas, de acordo com o requerimento do candidato – com base em informação registrada no ato da inscrição – e mediante deliberação da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

33. As vagas reservadas para candidatos portadores de deficiência, negros ou índios que não forem preenchidas, serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância à ordem de classificação obtida pelos candidatos no Processo Seletivo.

34. O candidato que firmar declaração falsa para concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência ou às cotas para negros e índios responderá na forma do artigo 299 do Código Penal.

## VI – Das Provas – Prova Objetiva e Prova Discursiva

35. A prova escrita, será realizada no **dia 26/03/2017**, com início às 08h00min (horário oficial do Estado) e com duração de 04 horas, na UEMS Unidade Naviraí, Rua Emílio Mascoli, 275 - Centro - Naviraí/MS.

## VII – Da Prova Objetiva

36. Será aplicada prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório. Serão 50 (cinquenta) questões objetivas (múltipla escolha) com (5) alternativas e uma única resposta correta, valendo (2,00) pontos cada questão, abrangendo os objetos de avaliação constantes do Anexo I deste edital.

37. A totalização dos pontos da prova objetiva será de 100 (cem) pontos.

## VI.II – Outras disposições

38. A nota da prova corresponderá à soma dos pontos atribuídos às questões, observando-se a soma da nota da Prova Objetiva. Será classificado o candidato que obtiver aproveitamento igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) das questões. O candidato com pontuação abaixo desse índice será considerado reprovado.

39. O candidato deverá apresentar-se no local das provas com 30 (trinta) minutos de antecedência do seu horário de início, portando documento oficial de identificação, original, com foto recente, bem como caneta esferográfica de cor azul fabricada em material transparente. **NÃO SERÃO ACEITOS PROTOCOLOS OU CÓPIA, MESMO QUE AUTENTICADA, DOS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO.**

40. Não terá acesso ao local de provas o candidato que se apresentar após o horário estabelecido em Edital de Convocação para Provas.

41. Não será permitida qualquer comunicação entre os candidatos, consultas ou mesmo utilização de qualquer meio ou aparelho que permita armazenamento de dados, gravação, recepção ou transmissão, a exemplo de telefones celulares, pagers, agendas eletrônicas, máquinas calculadoras e outros de mesma natureza, sob pena de eliminação do candidato, sem direito a recurso.

42. Quando da realização da prova, o candidato deverá assinalar as respostas na folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira

responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno de questões. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

43. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura.

44. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.

45. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

46. Os 3 (três) últimos candidatos aguardarão o término das provas em conjunto, retirando-se da sala após a entrega simultânea da folha de respostas e assinatura da Ata de Sala.

## VII – Do Resultado e da Classificação

47. O resultado e a classificação, observado o disposto no item III, em ordem decrescente, por período de opção de estágio, serão publicados por meio de edital nos endereços eletrônico deste Ministério Público Estadual e no átrio do edifício das Promotorias de Justiça.

48. Em caso de empate na classificação, o desempate será feito em favor do candidato:

a) De maior idade (igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso);

b) Que obtiver a maior pontuação nas questões de Conhecimentos Específicos;

c) De maior idade dentre os candidatos com idade inferior a 60 (sessenta) anos.

d) O mais adiantado no curso;

49. Conforme disposição do artigo 49, § 7º, da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, quando houver apenas 01 (uma) vaga a ser preenchida e houver candidato com deficiência classificado, este deverá ser chamado para ocupar a vaga.

50. O acompanhamento das publicações e convocações divulgadas no átrio do edifício das Promotorias de Justiça e nos endereços eletrônicos e Diário Oficial do Ministério Público - DOMP é de inteira responsabilidade dos candidatos.

## VIII – Dos Recursos

51. No **prazo de 02 (dois) dias úteis** da publicação, em caso de omissão de seu nome ou retificação de dados ocorridos na publicação da relação dos candidatos inscritos, do gabarito preliminar e do resultado, será permitido ao candidato interessado apresentar recurso.

52. O requerimento de recurso deverá ser feito por escrito, assinado pelo candidato e dirigido ao Presidente da Comissão do Concurso, devendo ser entregue pessoalmente na sede das Promotorias de Justiça de Naviraí, situada na Rua Júlio Soares de Souza Filho, 25 – Centro, Naviraí/MS

53. Não será aceito recurso interposto por fac-símile (fax), telex, internet, telegrama, sedex ou outro meio não especificado neste Edital.

54. No caso de recurso contra o gabarito, a pontuação

relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será atribuída a todos candidatos presentes à prova objetiva.

55. O recurso interposto fora do prazo não será conhecido, sendo considerado, para tanto, o carimbo de recebimento do servidor responsável na Comarca.

56. Não será conhecido o recurso interposto em prazo destinado a evento diverso do questionado.

57. O candidato deverá entregar o recurso em duas vias (original e cópia), digitado ou datilografado. E no caso de recurso contra o gabarito, cada questão ou item deverá ser apresentado em folhas separadas, identificadas.

## IX – Da Convocação e Admissão

58. Após concluídas todas as etapas, o concurso será homologado por meio de despacho do Procurador-Geral de Justiça.

59. A convocação dos candidatos aprovados ocorrerá no interesse da Administração, com a devida divulgação no endereço eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (<http://www.mpms.mp.br/ceaf/concurso>) e no átrio da Promotoria de Justiça, obedecendo aos critérios de necessidade e conveniência da administração e às disposições da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.

60. A convocação dos candidatos obedecerá a rigorosa ordem de classificação.

61. O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, apresentando-se no local informado no aviso de convocação, no **prazo de 05 dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção.

62. Formalizada a manifestação de interesse, o candidato deverá apresentar os documentos constantes do Anexo II do presente edital no **prazo de 05 dias úteis**. Após a entrega da documentação será confeccionado o Termo de Compromisso de Estágio.

63. A hipótese de prorrogação do prazo estabelecido para entrega da documentação poderá ser apreciada pelo Coordenador(a) do CEAF, desde que a circunstância e a motivação alegada impeçam o comparecimento do candidato.

64. Será admitido requerimento de candidatos para transposição de seu nome para o final da lista de classificação, **uma única vez**, para efeitos de futura convocação, no curso do prazo de validade do Processo Seletivo.

65. No ato da **nova convocação**, o estudante deverá manifestar-se expressamente, no **prazo de 05 dias úteis**, sobre o interesse no exercício do estágio ou desistência, sob pena de exclusão do Processo Seletivo.

66. O candidato que não apresentar manifestação formal, ou não comparecer ao local indicado no aviso de convocação, no curso dos prazos estabelecidos, acima, será automaticamente excluído da listagem de classificação e do Processo Seletivo.

67. Os candidatos que estejam cursando, na oportunidade da convocação, o último ano do curso, serão credenciados somente na hipótese de poder cumprir, pelo

menos, 06 (seis) meses de estágio, até a conclusão regular do curso, observado o prazo-limite semestral de 30 de junho ou 31 de dezembro, em cada ano.

68. A atualização dos endereços eletrônico, de telefones para contato, e o acompanhamento das convocações, divulgadas no endereço eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e no átrio da Promotoria de Justiça, são de inteira responsabilidade do candidato.

69. Não será confeccionado o Termo de Compromisso de Estágio de candidatos aprovados:

a) que estejam cumprindo somente dependência;  
b) em regime de adaptação de grade curricular do Curso;  
c) que já tenham exercido o estágio remunerado no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo período máximo de 2 (dois) anos previsto na Lei n. 11.788, e 25 de setembro de 2008, no mesmo Curso que desejam concorrer neste Processo de Seleção.

70. Para admissão o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;

II - declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;

III - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;

IV - certidão de inexistência de antecedentes criminais;

V - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

VI - declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;

VII - declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta corrente, para o recebimento da bolsa e auxílio transporte;

VIII - Atestado de exame ABO-RH;

IX - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;

X - Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAJ) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

## **X – Do Prazo de Validade**

71. O presente processo de seleção terá validade de 1 (um) ano, contado da data da sua homologação, prorrogável por mais um ano, a critério do Ministério Público Estadual.

## **XI - Das Disposições Finais**

72. O candidato poderá, a qualquer tempo, ser excluído do Processo Seletivo, desde que verificada qualquer ação ou omissão que caracterizem conduta de má-fé ou outras para lograr proveito próprio, assim também compreendida a apresentação de documentos que não correspondam à realidade de sua condição civil ou comprobatória de matrícula e frequência no curso informado.

73. O candidato que consta de listagem de cadastro de

reserva decorrente de aprovação em Processo Seletivo anterior fica ciente que o referido cadastro perderá sua validade a partir da data de vencimento do Processo Seletivo do qual tenha participado.

74. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

Comarca de Naviraí/MS, 06 de Dezembro de 2016.

**a) Paulo da Graça Riquelme de Macedo Júnior**

Promotor de Justiça

## **ANEXO I CONTEÚDO DA PROVA**

### **LÍNGUA PORTUGUESA**

Interpretação de texto. Acentuação gráfica. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.

### **NOCÕES DE INFORMÁTICA**

Noções básicas de comandos do sistema Operacional Windows; Gerenciamento de arquivos; impressão; Noções básicas de uso e operação dos aplicativos Microsoft Word, (formatação e configuração do texto, correção de documentos).

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Direito Constitucional:** Constituição Federal: Dos Princípios Fundamentais; Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Das Funções Essenciais à Justiça; Administração Pública. Princípios informadores.

**Legislação Institucional:** Lei Orgânica Estadual do Ministério Público – MS (Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994); Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010;

**Direito Penal:** Código Penal (Parte Geral); - Da aplicação da lei penal; - Do Crime; - Da imputabilidade penal; - Do concurso de pessoas; - Das espécies de pena.

**Direito Processual Penal:** Código de Processo Penal: Do Inquérito Policial. Da Ação Penal. Da Competência. Da Prova. Do Juiz e do Ministério Público; do acusado, do seu defensor, do assistente e dos auxiliares da justiça. Da Prisão e Da Liberdade Provisória. Das Citações e Intimações. Denúncia. Dos processos em espécie: Procedimento Comum Ordinário. Procedimento Comum Sumário. Procedimento Sumaríssimo. Procedimento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. Dos Recursos em Geral.

**Direito Civil:** Código Civil: Parte Geral do Código Civil: das pessoas; dos bens e dos fatos jurídicos; Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

**Processo Civil:** Código de Processo Civil vigente: Teoria Geral do Processo; Do processo de conhecimento: da jurisdição e da ação; das partes e dos procuradores; do Ministério Público; dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça; dos atos processuais; da formação,

da suspensão e da extinção do processo; do processo e do procedimento; do procedimento comum.

## ANEXO II RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

1. Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2. Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações);
3. Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4. Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5. Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6. Declaração pessoal de não exercício de advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7. Atestado de exame ABO-RH;
8. Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança);
9. 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10. Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAFF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

## ANEXO III ENTIDADES DE ENSINO CONVENIADAS COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

1. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS;
2. Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul - FUNEC - Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul;
3. Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande;
4. Universidade Anhanguera - UNIDERP;
5. Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande – UNAES;
6. Faculdades Integradas de Ponta Porã –FIP - MAGSUL;
7. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD;
8. Faculdade de Educação de Costa Rica – FECRA;
9. Associação de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul - AESMS;
10. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB;
11. Sociedade de Ensino Superior Toledo LTDA – UNITOLED0;
12. Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO; FACSUL
13. Faculdade de Ciências Contábeis de Nova Andradina - FINAN – FACINAN;
14. Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN;
15. Universidade Paranaense – UNIPAR;

16. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS;
17. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS;
18. Faculdade de Amambai – FIAMA (ASSEAMA);
19. Faculdade Salesiana de Santa Teresa – FSST;
20. Faculdades Integradas de Três Lagoas - AEMS;
21. Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE;
22. Faculdades Integradas de Naviraí – FINAV
23. Faculdades Integradas de Paranaíba – FIPAR;
24. Grupo Educacional Uniesp de Presidente Epitácio - FAPE
25. Faculdade de Educação, Tecnologia de Administração de Caarapó – FETAC;
26. Instituto de Ensino Superior da Funlec – IESF;
27. Universidade Camilo Castelo Branco – UNICASTELO;
28. Universidade Unic Rondonópolis – Floriano Peixoto;
29. Universidade Unic Rondonópolis – Arnaldo Estevão;
30. Faculdade de Ciências Contábeis de Naviraí – FACINAV
31. Faculdade de Tecnologia – FATEC SENAI CAMPO GRANDE

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

**Homologado** o resultado da licitação **Pregão Presencial nº 56/PGJ/2016** - Processo n.º PGJ/10/3769/2016.

**Objeto:** Aquisição de unidades robotizadas para backup (devidamente instaladas), de switches e de fitas LTO, para atender o Ministério Público Estadual.

**Vencedora:** **MW Teleinformática Ltda.**, itens **3** (R\$ 123.000,00) e **4** (R\$ 14.500,00). Não foram adquiridos os itens **1** e **2**.

**Justificativa:** Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 9 de dezembro de 2016.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

\*\*\*\*\*

### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

**Homologado** o resultado da licitação **Pregão Presencial nº 50/PGJ/2016 - SRP** - Processo n.º PGJ/10/3473/2016.

**Objeto:** Registro de Preços para a eventual aquisição de materiais de processamento de dados (cartuchos, toners, mídias, mouses, teclados, etc.), para atender ao Ministério Público Estadual.

**Vencedoras/Preços Registrados:** **Port Distribuidora de Informática e Papeleria Ltda.** para o item **19** (R\$1.596,25); **Ápis Comércio Informática Eireli** para o item **39** (R\$80,00); **Art Vídeo Eireli – EPP** para os itens **1** (R\$22,00), **23** (R\$2,45), **26** (R\$2,65) e **29** (R\$34,00); **R.A. Manco Serviços – ME** para os itens **4** (R\$60,00), **5** (R\$60,00), **6** (R\$60,00), **7** (R\$60,00), **8** (R\$70,00), **9** (R\$70,00), **10** (R\$70,00) e **11** (R\$70,00); **TR2 Comércio e Serviços Ltda.** para os itens **16** (R\$65,00 – 2º preço), **17** (R\$1.130,00), **18** (R\$1.450,00), **20** (R\$1.450,00), **34** (R\$1.498,00) e **35** (R\$534,40); **Newpc Tecnologia -**



**Eireli** – ME para os itens **2** (R\$6,00), **3** (R\$9,00), **24** (R\$4,20), **25** (R\$5,70), **27** (R\$26,00) e **30** (R\$54,00); **Cota.com Comércio e Serviços Ltda.** – EPP para o item **22** (R\$31,50); **Anderson Henrique da Silva Moraes** – ME para os itens **12** (R\$58,00), **13** (R\$58,00), **14** (R\$58,00), **15** (R\$58,00), **31** (R\$50,00), **32** (R\$50,00), **37** (R\$295,00) e **38** (R\$100,00); e **Habitar Comércio em Geral e Serviços Ltda.** – ME para os itens **21** (R\$17,90), **28** (R\$20,00), **33** (R\$1.495,00) e **36** (R\$1.495,00).

**Justificativa:** Registro de Preços tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 9 de dezembro de 2016.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

\*\*\*\*\*

### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

**Homologado** o resultado da licitação **Pregão Presencial nº 55/PGJ/2016** - Processo n.º PGJ/10/1954/2016.

**Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva do sistema de climatização central instalado nas dependências das Promotorias de Justiça da Capital - Unidade Rua da Paz, incluindo o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços.

**Vencedora:** **A2GB Comércio e Serviços Ltda.** - EPP, para o lote único, com o valor total de R\$ 177.800,00.

**Justificativa:** Adjudicação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do Edital.

Campo Grande, 9 de dezembro de 2016.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

\*\*\*\*\*

### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

**Homologado e Adjudicado** o resultado da **Concorrência nº 4/CPL/PGJ/2016** - Processo n.º PGJ/10/2887/2016.

**Objeto:** Contratação de empresa para construção do edifício-sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Corumbá - MS, com 1.886,26m² de área construída de edificação principal e 259,71m² de cobertura de estacionamento, incluindo o fornecimento dos materiais necessários.

**Vencedora:** **Precisão Construtora de Obras Ltda.**, com o valor global de **R\$ 4.488.900,50**.

**Justificativa:** Adjudicação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do Edital.

Campo Grande, 9 de dezembro de 2016.

Comissão Permanente de Licitação/PGJ

**SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**

**EDITAL N. 005/2016 – Dourados**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio da

DOMP-MS

Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da Comarca de Dourados, torna público os Anexos I, II, III, IV e V, com o resultado final dos candidatos aprovados e a respectiva classificação do concurso para estagiário de **NÍVEL MÉDIO** e **CURSO DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL**.

### Anexo I ao Edital 005/2016-Resultado Final Geral Candidatos aprovados na prova escrita e classificação dos alunos de Nível Médio

Classificação	Nomes	Nota Final
1º	JOÃO PEDRO MENA FACIONI	7,50
2º	ANDRIELLY AMBROSIO CRACCO DOS REIS	7,00
3º	EDUARDO CUSTÓDIO PEREIRA	7,00
4º	PATRICIA FERRAZ DA SILVA	6,75
5º	HALISSON THIERS GOMES BICUDO	6,50
6º	YASMIN CAROLINA OLIVEIRA FERNANDES	6,50
7º	JOÃO VICTOR MORAIS TODESCATO	6,25
8º	HUGO ANTONIO SPECHT SINFRONIO	6,00
9º	IZABELA RIBEIRO DA SILVA	6,00
10º	JOÃO MARCOS GOMES DE LIMA	6,00
11º	LUCIANA NUNES DA SILVA	6,00
12º	GEORGIA ARENDT FERREIRA	5,75
13º	IASMIN SILVA FERREIRA	5,75
14º	MARIA JOANA SANABRIA MARINHO	5,75
15º	MARIA LUYZA MORISCO MEDEIROS	5,75
16º	TAMARA VASCONCELOS SOBRINHO	5,75
17º	NAIARA BENITIZ ESTEVÃO	5,50
18º	VALESKA GONÇALVES SARTORI CHAVES DE OLIVEIRA	5,50
19º	LEONARDO ALVES PAIM	5,25
20º	EVELLYN MARTINEZ MAIA	5,00
21º	KARINI LIMA BALBINO	5,00
22º	MARIA JHENNIFER BLOEMER CAMILO	5,00

### Anexo II ao Edital 005/2016- Resultado Final Candidatos aprovados na prova escrita que ainda não possuem 16 (dezesesseis) anos completos, sendo eventual posse condicionada ao cumprimento desse requisito nos termos do art. 7º XXXIII, da CF e art. 10, caput, da Resolução PGJ nº 15/2010

Classificação	Nomes	Nota Final
3º	EDUARDO CUSTÓDIO PEREIRA	7,00
8º	HUGO ANTONIO SPECHT SINFRONIO	6,00
10º	JOÃO MARCOS GOMES DE LIMA	6,00
12º	GEORGIA ARENDT FERREIRA	5,75
18º	VALESKA GONÇALVES SARTORI CHAVES DE OLIVEIRA	5,50

### Anexo III ao Edital 005/2016-Resultado Final Candidata aprovada na prova escrita e classificação da candidata que se declarou negra

Classificação	Nomes	Nota Final
1º	NAIARA BENITIZ ESTEVÃO	5,50

### Anexo IV ao Edital 005/2016-Resultado Final Geral Candidatos aprovados na prova escrita e classificação dos candidatos do Curso de Graduação de Serviço Social

Classificação	Nomes	Nota Final
1º	PRISCILA MORAIS DO NASCIMENTO CARBONARO	6,75
2º	MARIELE MARIS DA SILVA RODRIGUEZ	6,00
3º	LUCIANO DE OLIVEIRA QUEIROZ	5,75
4º	THAIS SOARES LESCANO	5,50

### Anexo V ao Edital 005/2016-Resultado Final Candidato aprovado na prova escrita e Classificação do candidato do Curso de Graduação de Serviço Social que se declarou como pessoa com deficiência

Classificação	Nomes	Nota Final
1º	LUCIANO DE OLIVEIRA QUEIROZ	5,75

Dourados/MS, 09 de dezembro de 2016.

**Izonildo Gonçalves de Assunção Júnior**  
Promotor de Justiça

DOMP-MS



Supervisor das Promotorias de  
Justiça Cível e Especializada

\*\*\*\*\*

### EDITAL N.º 005/PJT/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da Promotoria de Justiça da comarca de Terenos, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009, e do **EDITAL N.º 05/2016/PJ-Terenos**, convoca para apresentação da documentação anexa (art. 31, § 1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data da publicação oficial deste, a candidata aprovada

Nome	Período do Estágio
<b>MICHELE DE SOUZA ASSIS</b>	<b>Vespertino</b>

Terenos/MS, 09 de Dezembro de 2016.

**George Zarour Cezar**

Promotor de Justiça em Substituição Legal

### ANEXO DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO:

- I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estagiário/semestre o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;
- III - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV - certidão de inexistência de antecedentes criminais e de atos infracionais;
- V - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 30.7.2010;
- VI – declaração pessoal de não acumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- VII - atestado de exame ABO-RH;
- VIII - número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;
- IX - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
- X - Ficha de Cadastro (disponível na sede das Promotorias de Justiça) digitalizada em todos os campos e assinada.

\*\*\*\*\*

### EDITAL N.º 008/2016/PJMN-PSSSE-Ensino Médio PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE ENSINO MÉDIO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE

MATO GROSSO DO SUL, por intermédio dos Promotores de Justiça ao final assinados, torna público a classificação e o resultado final do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE ENSINO MÉDIO** referente ao **EDITAL N.º 001/2016/PJMN-PSSSE-Ensino Médio**, já ordenado de acordo com os critérios de desempate de referido edital.

Mundo Novo/MS, 9 de dezembro de 2016.

**Pedro de Oliveira Magalhães**

Promotor de Justiça

**Moisés Casarotto**

Promotor de Justiça

### CLASSIFICAÇÃO FINAL

Classificação	Candidato	NOTA
1º	TIAGO ARNECKE PEREIRA	8,75
2º	JOÃO VICTOR RAMALHO REIS	8,25
3º	JOSÉ HENRIQUE DE SOUZA ARAUJO	8,00
4º	MARINA GABRIELA RIBEIRO BICALHO DE ALENCAR	7,75
5º	ERIC YUJI BIAZUSSI	7,75
6º	JOÃO VITOR DOS SANTOS MAZARÃO	7,75
7º	AMANDA FERREIRA MERCHIOLO	7,50
8º	STELA CRISTINA DA SILVA PEDROSO	7,50
9º	LUCAS SANTOS SCHU	7,50
10º	CAMILA NAZARIO APARECIDO	7,25
11º	MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA	7,00
12º	KEVIN SANTIAGO MORAES	7,00
13º	CAIO SILVA MIYATA SANTOS	7,00
14º	EMERSON TEOBALDO DE ASSIS JUNIOR	6,75
15º	ALICE NOGUEIRA DE JESUS	6,75
16º	ANA PAULA GONÇALVES MENDONÇA	6,25
17º	GABRIELA CAMILA DE MELLO SILVA	6,25
18º	GLAZIÉLEN DE PAULA ROZENDO	5,75
19º	RAYANE DE SOUZA FORMENTON	5,50
20º	ANA CAROLINE MOURA SANTOS	5,50

\*\*\*\*\*

### EDITAL N.º 003/2016-2ªPJCS/ADMINISTRATIVO.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul/MS, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto no Edital nº 001/2016, **TORNA PÚBLICO** aos candidatos alunos do Ensino Médio Regular a lista das INSCRIÇÕES DEFERIDAS para a prova objetiva do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL MÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** para lotação na 2ª Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul/MS.

### LISTA DE CANDIDATOS:

Número de Inscrição:	Nome do Candidato:	Documento do Candidato:
0015	ALISON GUIMARÃES DE OLIVEIRA	2030716 SSP/MS
0002	ANA LAURA SILVA	2039803 SSP/MS
0034	ANA VICTÓRIA RIBEIRO GARCIA	001898757 SSP/MS
0041	BRENDA EDUARDA SILVA MANHOLER	2366882 SSP/MS
0014	BRENDA SANTOS ARCHILHA	2113647 SSP/MS
0020	BRENDER SILVA FRANCO	1988015 SSP/MS
0037	BRUNA SOUZA DE OLIVEIRA	1985092 SSP/MS
0031	CRISELY DUTRA DE FREITAS	001978230 SSP/MS
0026	DANATCHELI NAYRA ANUCHI	2268855 SSP/MS
0005	ELAINE MIRANDA DA SILVA	001954846 SSP/MS
0042	FABIOLA MATICK	1718265 SSP/MS
0039	FELIPE FERREIRA LADISLAU DE MIRANDA	2154587 SSP/MS

0035	GABRIELLA DE SOUZA SANTANA	2035272 SSP/MS
0009	GABRIELLA SILVA DE GREGORI	001967322 SSP/MS
0038	GEISLA EDUARDA OLIVEIRA JORGE	6750894 SSP/GO
0008	GIZELE RUARO DIAS	2375033 SSP/MS
0021	GUILHERME RENATO CORREA DA SILVA	001981132 SSP/MS
0029	ISABELLA DRESCH MARTINS	001717343 SSP/MS
0022	ISABELLA VIEIRA CASSEMIRO FRAMENTO	2039695 SSP/MS
0013	ISADORA DE ALMEIDA JOHNER	001979465 SSP/MS
0043	JAQUELINE BORGES DA SILVA	2234626 SSP/MS
0033	JENEFER KAVA CASTILHO	2010355 SSP/MS
0006	JÉSSICA CORREIA SILVA	2325222 SSP/MS
0027	JOHNATAN DA CRUZ PINHELI	2125910 SSP/MS
0044	KAROLAINY TOSCANO DE ARAUJO	2182338 SSP/MS
0012	LAURIELEM MARTINS SOUZA SANTOS	267443892 SSP/MT
0019	LETÍCIA FERREIRA PEREIRA	2165700 SSP/MS
0016	LUIZ GUSTAVO SOARES SANTOS	2351113 SSP/MS
0024	LUIZA FERNANDA PEREIRA	132206112 SSP/PR
0001	MATHEUS MENEZES SANCHES	2039628 SSP/MS
0040	MICHELLI SILVA DE MORAIS	001979414 SSP/MS
0045	MOISES AUGUSTO KORBES SCHWENGBER	2369734 SSP/MS
0007	PABLO EDUARDO MENDES DE OLIVEIRA	2039655 SSP/MS
0046	PABLO GABRIEL HEBERLE DE ALMEIDA	131617305 SSP/PR
0017	PEDRO HENRIQUE SALVADOR COSTA	1987457 SSP/MS
0023	RAIANE GARCIA DA COSTA PULQUERIO NOGUEIRA	2274559 SSP/MS
0032	RYAN GABRIEL PEREIRA FACHINELLO	001740734 SSP/MS
0011	STEFANI NERES FIGUEIREDO	25179772 SSP/MT
0003	SUELY SILVA RODRIGUES DE FREITAS	2342042 SSP/MS
0018	TAINARA BRITO	001732315 SSP/MS
0010	TANAIARA SENA SOUZA	2182327 SSP/MS
0025	TAIS DE CASSIA MORAIS FRANÇA	001828464 SSP/MS
0036	VICTORIA DA SILVA ALCANTARA	1996392 SSP/MS
0030	VITORIA DRESCH MARTINS	001717342 SSP/MS
0028	VITORIA MOURA AGOSTINI	2039808 SSP/MS
0004	YASMIN DE OLIVEIRA BORGES	2388626 SSP/MS

Chapadão do Sul/MS-MS, 09 de dezembro de 2016.

#### FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotora de Justiça

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

##### Notificação de Multa Contratual

À Empresa: **G.T.R Comercial Ltda. – ME.**

**Processo PGJ/10/1315/2013.**

**Pregão Presencial: nº 19/PGJ/2015**

Vimos por meio desta notificar à empresa **G.T.R Comercial Ltda. – ME**, inscrita sob o CNPJ: 09.143.840/0001-88, representada pelo Sr. Rodrigo Guida Martins, da aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Sétima – item 17.3.2 e item 17.3.3, em virtude do descumprimento da Cláusula Décima Segunda – item 12.1 e do item 15.1, da Cláusula Décima Quinta. Aplica-se a sanção correspondente a **R\$ 4.455,00 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais)**, conforme decisão de fls. 382/384), que deverá ser recolhido ao **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público – FEADMP, CNPJ: 03.464.870/0001-00** por meio de depósito identificado no Banco do Brasil, agência 2576-3, conta corrente 50.120-4, preenchendo o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa.

Fica a empresa notificada a proceder ao pagamento da multa a partir da publicação desta notificação com base no Art. 109, inciso I, alínea “f” da Lei 8.666/93.

O não atendimento da presente notificação no prazo assinalado implicará na adoção das medidas cabíveis.

**Extrato do Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL**, representado pelo Procurador-Geral de Justiça Paulo Cezar dos Passos e

pelo Coordenador do Projeto, Marcos Martins De Brito, promotor de justiça titular da 6ª PJ de Corumbá; o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Desembargador e Presidente João Maria Lós e Deyvis Ecco, juiz de direito titular da 2ª Vara Criminal de Corumbá e o **MUNICÍPIO DE CORUMBÁ** por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS**, representado pelo Prefeito Paulo Roberto Duarte e pela Secretária Municipal de Assistência Social do Município, Mabel Marinho Sahib Aguilar.

Processo: **PGJ/10/3619/2016.**

Objeto: implantar o *Projeto Paralelas–Traçando Novos Caminhos*, buscando romper o ciclo de violência doméstica, familiar e íntima de afeto, através de um acompanhamento humanizado, oferecido de forma compulsória ao agressor, enquanto que para as vítimas interessadas, será oportunizado acompanhamento, mediante o diálogo e o relacionamento interpessoal, contando com o trabalho de psicólogos e assistentes sociais que atuam no CRAM.

Vigência: 21/11/2016 a 20/11/2017.

Data da assinatura: 21/11/2016.

**Extrato do Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL**, representado pelo Procurador-Geral de Justiça Paulo Cezar dos Passos e pelo Coordenador do Projeto, Marcos Martins De Brito, promotor de justiça titular da 6ª PJ de Corumbá; o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Desembargador e Presidente João Maria Lós e Deyvis Ecco, juiz de direito titular da 2ª Vara Criminal de Corumbá e o **MUNICÍPIO DE LADÁRIO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LADÁRIO/MS**, representado pelo Prefeito José Antonio Assad e Faria e pela Secretária Municipal de Assistência Social do Município, Jane Contu.

Processo: **PGJ/10/3619/2016.**

Objeto: implantar o *Projeto Paralelas–Traçando Novos Caminhos*, buscando romper o ciclo de violência doméstica, familiar e íntima de afeto, através de um acompanhamento humanizado, oferecido de forma compulsória ao agressor, enquanto que para as vítimas interessadas, será oportunizado acompanhamento, mediante o diálogo e o relacionamento interpessoal, contando com o trabalho de psicólogos e assistentes sociais que atuam no CRAM.

Vigência: 21/11/2016 a 20/11/2017.

Data da assinatura: 21/11/2016.

#### EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

#### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CAMPO GRANDE

#### PORTARIA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**, por sua Promotora Eleitoral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127, *caput*, da Constituição Federal, 78, da Lei Complementar nº 75/93, 35, inciso III, da Lei Complementar nº 72/94, e pela Portaria PGR/MPF nº 692, de 19 de agosto de 2016, e;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal/88);

**CONSIDERANDO** que conforme lição do doutrinador Marcos Ramayana<sup>1</sup> “*o voto é um direito público subjetivo, uma função de soberania popular na democracia e um dever. Votar é dar efetividade ou concretude ao sufrágio como manifestação da vontade política da cidadania.*”<sup>8</sup>);

**CONSIDERANDO** que o Juízo da 53ª Zona Eleitoral de Campo Grande/MS, no dia 29/11/2016, recebeu informações de que o eleitor GABRYEL RODRIGUES ALEM ao comparecer em sua seção de votação, no dia 30/10/2016 (2º turno das eleições), foi impedido de exercer seu direito ao voto, eis que alguém já teria votado em seu lugar (Protocolo nº 0022013.86.2016.6.12.8053 – 53ª ZE);

**CONSIDERANDO** que o Juízo da 53ª Zona Eleitoral encaminhou a Ocorrência protocolada por GABRYEL RODRIGUES ALEM ao *Parquet* para ciência e adoção das medidas que entender cabíveis;

**CONSIDERANDO** que os fatos narrados por GABRYEL RODRIGUES ALEM, em tese, configuram a prática do delito previsto no art. 3092, do Código Eleitoral;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se apurar a veracidade dos fatos trazidos a conhecimento por GABRYEL RODRIGUES ALEM, eis que a suposta vítima apenas os relatou, sem, contudo, juntar qualquer indício de prova pra demonstrar o alegado.

**CONSIDERANDO** que o Procedimento Preparatório Eleitoral constitui instrumento lícito do Ministério Público Eleitoral para a fiscalização e apuração de eventuais condutas vedadas e abuso de poder, tendo em vista sua missão constitucional de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127 da Constituição Federal (TSE - Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 131483, rel. Min. Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, DJE de

11/03/2016, p. 110; e Recurso Especial Eleitoral nº 54588, rel. Min. João Otávio De Noronha, DJE de 04/11/2015, p. 15)

**Determina-se a instauração de Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2016.00001561-1**, tendo como:

**REQUERENTE:** Gabryel Rodrigues Alem

**REQUERIDO:** A apurar

**OBJETO:** Apurar a ocorrência de eventual irregularidade no exercício do direito ao voto por GABRYEL RODRIGUES ALEM, no 2º turno das eleições municipais de Campo Grande/MS, datada de 30/10/2016.

Para secretariar os trabalhos, designa-se a servidora Rebeca Izepi Silva Monteiro, Técnica I do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, determinando-se a adoção das seguintes providências:

1. Registre-se e autue-se a Ocorrência nº 0022013.86.2016.6.12.8053, encaminhada pelo Juízo da 53ª Zona Eleitoral;

2. Encaminhe-se, via e-mail (edita1@mpms.mp.br), cópia da presente portaria a fim de que seja publicada no Diário Oficial do Ministério Público, conforme artigo 4º da Portaria PGR/MPF n.º 692, de 19 de agosto de 2016;

3. Comunique-se ao Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional Eleitoral, por meio de *e-mail*, acerca da presente instauração, remetendo-lhe cópia desta peça inaugural;

4. Informe-se à Procuradoria Regional Eleitoral em Mato Grosso do Sul, por meio de ofício, acerca da presente instauração de procedimento preparatório eleitoral;

5. Oficie-se ao Juízo da 53ª ZE com o fito de noticiar a presente instauração de procedimento preparatório eleitoral, bem como requerer que, no prazo de 10 (dez) dias úteis: a) informe se o eleitor GABRYEL RODRIGUES ALEM (Título Eleitoral nº 0272.8486.1970) estava apto a votar nas eleições municipais do dia 30/10/2016; b) encaminhe cópia da Ata da Mesa Receptora de Votos, bem como a relação dos mesários, que laboraram na seção 323, no dia 30/10/2016; c) encaminhe cópia das “*folhas de votação com o espaço destinado à assinatura*” do eleitor GABRYEL RODRIGUES ALEM, referentes às eleições municipais do dia 02/10/2016 e 30/10/2016;

6. Após, com o envio das respostas e/ou esgotamento dos prazos concedidos, venham os autos conclusos.

Campo Grande-MS, 09 de dezembro de 2016.

**RENATA RUTH FERNANDES GOYA MARINHO**  
Promotora Eleitoral com atuação junto à 53ª ZE

<sup>1</sup> RAMAYANA, Marcos. **Direito eleitoral – 15ª edição** / Marcos Ramayana – Rio de Janeiro : Impetus, 2016. p. 9.

<sup>2</sup> “Art. 309. Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem:

*Pena - reclusão até três anos.”*

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

**AMAMBAI**

---

**Edital nº 021/2016**

A Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca Amambai - MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 11/2016-2ª PJAmb abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta Cidade.

Inquérito Civil nº 11/2016.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais ofensas a direitos e garantias individuais de Hilda Riveiros de Gonzales, no que concerne ao acesso à saúde.

Amambai-MS, 09 de dezembro de 2016.

**LUIZ EDUARDO SANT'ANNA PINHEIRO** –  
Promotor de Justiça.

---

**AQUIDAUANA**

---

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL**

**Número MP: 06.2016.00001534-4**

O **Ministério Público Eleitoral**, por intermédio da Promotora Eleitoral da 10ª Zona Eleitoral, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGR n. 692, de 19 de agosto de 2016, que institui e regulamenta o Procedimento Preparatório Eleitoral - PPE, e;

**CONSIDERANDO** que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar inquérito civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

**CONSIDERANDO** que o Procedimento Preparatório Eleitoral, previsto e disciplinado pela Portaria PGR nº 692/2016, é o instrumento adequado para colher subsídios necessários à atuação do Ministério Público Eleitoral perante a Justiça Eleitoral, para a propositura de medidas cabíveis em relação às infrações eleitorais de natureza não criminal;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do **regime democrático** (art. 127, da CF);

**CONSIDERANDO** que a *notitia criminis* protocolizada sob o n. 35068/2016 e encaminhada pelo Cartório Eleitoral da 15ª Zona Eleitoral, que narra e apresenta elementos de uma possível captação ilícita de sufrágio, tipificada no art. 41-A, da Lei 9.504/97, a qual deve ser adequadamente apurada;

**RESOLVE** instaurar o presente **PROCEDIMENTO**

**PREPARATÓRIO ELEITORAL**, com o objetivo de apurar possível captação ilícita de sufrágio, tipificada no art. 41-A, da Lei 9.504/97, conforme representação de fs. 04-05, tendo como requerido o candidato Kazuo Hori.

Para tanto, **DETERMINO** as seguintes providências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento, se necessário;
  2. Junte aos autos os documentos constantes da NF nº 004/2016 – 2ª PJ - Eleitoral;
  3. Comunique-se, via email, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais a instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
  4. Comunique-se a Procuradoria Regional Eleitoral acerca da instauração do presente procedimento preparatório eleitoral, conforme determina o art. 4º da Portaria PGR n. 692, de 19 de agosto de 2016;
  5. Solicite-se a publicação da presente Portaria ao órgão de imprensa oficial do Ministério Público - DOMP, conforme determina o art. 5º, § 1º, inciso I, da Portaria PGR n. 692, de 19 de agosto de 2016;
  6. Oficie-se à Delegacia de Polícia de Miranda/MS, a fim de que encaminhem cópia do inquérito policial instaurado a respeito dos fatos;
  7. Identifique-se o proprietário do veículo de placa HSG 9027, de Anastácio/MS. Após, expeça-se carta precatória ou notifique-o a comparecer perante esta Promotoria Eleitoral para prestar esclarecimento acerca dos fatos apurados neste procedimento;
  8. Requisite-se ao proprietário do Supermercado Leleco as imagens das câmeras de segurança entre os dias 27/09/2016 e 02/10/2016;
  9. Expeça-se carta precatória à Promotoria Eleitoral da Comarca de Miranda/MS, a fim de que sejam notificados e ouvidos o proprietário do Supermercado Leleco e o candidato Kazuo Hori, para prestarem esclarecimentos acerca dos fatos.
- Após, concluso para deliberações. Cumpra-se.

Aquidauana-MS, 06 de dezembro de 2016.

**ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA**  
Promotora Eleitoral

---

**SIDROLÂNDIA**

---

**Edital nº 030/2016-2ªPJS**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Espírito Santo, nº 1.383, Centro, Sidrolândia/MS.

**Inquérito Civil nº 030/2016/2ªPJS**

**Requerente:** Ministério Público Estadual;

**Requerido:** Município de Sidrolândia/MS;

**Assunto:** “Apurar eventual irregularidade e/ou omissão da Lei Municipal n. 109/2015, quanto às normas e condições para parcelamento e uso do solo urbano”.

Sidrolândia-MS, 09 de dezembro de 2016.

**JANELI BASSO** - Promotora de Justiça.